

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v28i2pi-ii>

Diretrizes para o ensino e inserção profissional em Terapia Ocupacional. Quais os caminhos a seguir?

Elisabete Ferreira Mângia*

Apresentamos aos leitores mais um fascículo da Revista de Terapia Ocupacional da USP, no qual são apresentados trabalhos resultantes de projetos regulares de pesquisa; trabalhos de pós-graduação, mestrado e doutorado; trabalhos de conclusão de cursos de residência, especialização, graduação e pesquisas de iniciação científica provenientes das instituições de pesquisa e ensino: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Universidade Estadual do Pará (UEPA); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

Os artigos contemplam diversificadas áreas de atenção nos campos da saúde e reabilitação psicossocial: saúde do trabalhador, saúde mental, infância e adolescência, processos de aprendizagem, atenção ao idoso, atenção à pessoas com deficiências sensoriais e físicas, tecnologia assistiva, agravos clínicos específicos e formação e atuação profissional.

Os trabalhos refletem esforços no sentido do avanço e diversificação de áreas de intervenção e problemáticas da Terapia Ocupacional e áreas correlatas.

Destacamos o crescente interesse, que também se pode observar em artigos de nossos últimos fascículos, para os estudos que envolvem a formação e a prática profissional em Terapia Ocupacional. Neste exemplar, tal interesse se apresenta em dois artigos que tratam respectivamente da inserção e distribuição de profissionais no Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado de Minas Gerais (Bechara Maxta BS, et al.) e da formação Graduada em Terapia Ocupacional na América Latina (Bianchi PC, Malfitano APS).

Estudos que visam aprofundar o conhecimento e o debate sobre a situação atual da Terapia Ocupacional nos âmbitos da formação e da inserção profissional no Brasil e América Latina são fundamentais para que se possa aprofundar e defender bandeiras em prol do reconhecimento e validação social da profissão, condizentes com as necessidades nacionais atuais, com a expansão do campo profissional e com a qualificação do ensino. Outro aspecto relevante é o de promover o diálogo entre a Terapia Ocupacional brasileira e a de outros países, em especial aqueles que priorizaram o desenvolvimento de Políticas Públicas voltadas para as populações mais vulneráveis.

Desde a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais, em 2002, é indiscutível que a Terapia Ocupacional brasileira ampliou suas áreas de intervenção e pesquisa além de ter definido identidades mais consistentes nos territórios das Políticas Públicas. Pode-se afirmar até que há, na singularidade do desenvolvimento nacional da Terapia Ocupacional, importantes exemplos que a qualificam no cenário internacional, mas que têm sido pouco ou nada estudados.

Apesar disso, podemos identificar que a sinergia entre novas diretrizes para a formação, voltadas para a priorização de profissionais qualificados para a atuação nas Políticas Públicas, foi aos poucos sendo fragilizada. No atual momento histórico que o país atravessa, se nota claramente a necessidade de redobrar esforços para a manutenção do que já se conseguiu até agora e redefinir novas lutas para que se obtenha alguma estabilidade e inovações, em especial na inclusão e distribuição de profissionais da área em todo o território nacional.

Esse assunto vem agora de forma mais intensa com o chamamento, feito pelo Conselho Nacional de Saúde, para que as profissões da saúde discutam e proponham alterações e inovações em suas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Tal movimento teve início com a publicação das novas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Medicina, decretadas em 2014, sem discussão mínima necessária com as associações de ensino e demais instituições das profissões de saúde, no bojo do chamado “Projeto Mais Médicos”. Bastante criticado pela própria área médica (ABEM, 2015)¹ e pelas demais ii

* Editora da Revista de Terapia Ocupacional da USP, Docente do Curso de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina (FMUSP) da Universidade de São Paulo

áreas da Saúde, o “Projeto Mais Médicos”, ao diagnosticar que, o problema dos vazios assistenciais, deveria ser resolvido, prioritariamente, com a inserção de médicos no SUS e que, nesse sentido, o maior estímulo e investimento dos Ministérios da Saúde e da Educação deveria voltar-se a formação médica, veio na contra mão de um amplo movimento das profissões de saúde, protagonizado especialmente pelo Fórum Nacional de Educação das Profissões na Área de Saúde (FNEPAS)². Ao longo dos anos de 2004 a 2014 o FNEPAS defendeu a necessidade de se pensar a qualificação do SUS a partir do fortalecimento do trabalho interprofissional colaborativo, ou seja, pensar em termos de preenchimento de vazios assistenciais a partir do trabalho organizado de equipes de saúde, de acordo com as necessidades loco-regionais e não apenas da inclusão indiscriminada de “*mais médicos*”.

Ao atual cenário político adverso, de pouca ou nenhuma abertura de diálogo entre as profissões de saúde e os Ministérios de Saúde e Educação se somam os embates corporativos entre as profissões de saúde que tem gerado disputas por nichos específicos de mercado de trabalho e áreas de atuação reivindicadas como exclusivas de uma profissão em detrimento às demais.

Tais disputas flagram, de um lado, a baixa incorporação da formação para o trabalho em equipe, presente na maior parte dos cursos de graduação, mas especialmente a absoluta falta de planejamento que, no Brasil, permitiu a abertura indiscriminada de cursos em instituições privadas de ensino superior sem que houvesse nenhum compromisso com a inserção profissional desses egressos no mercado de trabalho.

Pode-se apontar também o amplo conjunto de questões que envolve a qualidade do ensino ministrado em parcela significativa dessas instituições que, no geral, não promovem condições mínimas de trabalho aos docentes contratados, compatíveis com as necessidades da formação universitária no campo da saúde.

A Terapia Ocupacional, ao contrário do restante das profissões de saúde, teve um crescimento menos intenso e, talvez por isso, sofra significativamente com as pressões das demais áreas por postos de trabalho e com o baixo protagonismo associativo e político da própria área de Terapia Ocupacional.

São muitas as necessidades e questões que se colocam para que se possa, de fato, promover um debate maduro e consistente sobre o que seria hoje uma proposta adequada para a revisão e aprimoramento das Diretrizes Curriculares da área e, mais ainda, sobre como a profissão se situa no contexto das demais profissões de saúde em relação à sua inserção atual, ao seu papel e possibilidades de ampliação de sua inclusão no conjunto das Políticas Públicas Nacionais.

Para ser promovido e fortalecido esse trabalho requer o apoio em dados consolidados a respeito dos resultados das atuais DCNs em seu compromisso com a formação compromissada com as necessidades nacionais; do perfil do ensino superior na graduação e pós-graduação na área; da distribuição dos profissionais da Terapia Ocupacional nos campos profissionais em todo o Brasil; das possibilidades de ampliação e qualificação de novos campos de atuação, dentre outros aspectos.

Assim, é importante que pesquisadores e estudantes se interessem em estudar e ampliar tais aspectos a exemplo dos estudos aqui apresentados que trazem importantes contribuições e responde às necessidades atuais caras a profissão.

Boa leitura e reflexões sobre a Terapia Ocupacional Nacional!

REFERÊNCIAS

1. Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM). Cadernos ABEM, v.11: Novas Diretrizes Curriculares para a Medicina: avanços e desafios. Rio de Janeiro: ABEM; 2015. Disponível em: http://abem-educmed.org.br/wp-content/uploads/2016/06/CadernosABEM_Vol11.pdf.
2. Mângia EF, Lançman S. Fórum Nacional de Educação das Profissões na Área da Saúde (FNEPAS) e o Projeto da Demografia e Cartografia das profissões de saúde no Brasil [Editorial]. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2014 maio/ago.;25(2):i. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v25i2pi-i>.